



Porto, 12 de junho de 2017

**Assunto:** Petição no 256/XIII/2.<sup>a</sup> - Pedido de informação

Exmos. Srs.

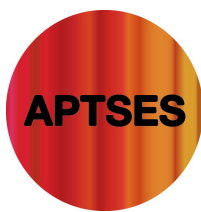
Em resposta ao VI ofício n.º278/8.<sup>a</sup> – CEC/2017, datado de 08 de maio de 2017, a Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social (APTSES), Associação Profissional representativa dos Técnicos Superiores de Educação Social, no âmbito da situação contratual dos técnicos especializados em escolas, nomeadamente em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), pretende emitir o seguinte pedido de pronúncia.

Atendendo que,

O TEIP é atualmente desenvolvido em 137 Agrupamentos de Escolas e os relatórios de avaliação efetuados pelo próprio Ministério da Educação demonstram que a integração no programa TEIP *"tem contribuído para a estabilização e melhoria das organizações escolares envolvidas, gerando percepções muito positivas por parte dos docentes e famílias, bem como progressos (lentos, mas sustentados) dos padrões de inclusão educativa, coesão social e sucesso educativo"*. Para este fator muito contribui a capacidade de integração dos Técnicos Especializados das escolas TEIP, entre os quais, o Técnico Superior de Educação Social, que através da interação das suas equipas multidisciplinares, constituem-se como uma mais-valia no Projeto Educativo das Escolas, sendo reconhecido o seu contributo e mais-valia não só pelas Direções das Escolas, mas também pelas equipas Docente e Não Docente.

Por outro lado, a redução gradual dos problemas de indisciplina, das taxas de abandono e insucesso escolares facilitam, não raras vezes, terminar com ciclos de pobreza. Estas transformações sociais são, especialmente, relevantes em contextos sócio organizacionais marcados por vulnerabilidades e instabilidades várias, como são as escolas situadas em territórios marginalizados. Sublinhamos que os TEIP surgiram precisamente para contrariar essa tendência, de acordo com o Despacho Normativo n.º 55/ 2008.

Sabemos que a educação é uma variável crucial no desenvolvimento de um país e do indivíduo, constituindo-se como determinante para a sua integração social e contributo para a sociedade em que este se insere numa relação simbiótica de benefício mútuo. É, por isso, primordial que se garanta um sistema educativo de qualidade. Os técnicos especializados como o Técnico Superior de Educação Social, pela sua aproximação à comunidade local (seus problemas, necessidades, recursos e aspirações), contribuem de forma determinante



para um projeto integrado e integrador, capaz de estabelecer compromissos com os atores e instituições locais. A capacidade de trabalhar em rede é parte integrante da preparação técnico-científica do profissional da Educação Social, que alarga a realidade educativa à realidade da comunidade envolvente através das parcerias locais articuladas. Estas sinergias e dinâmicas facilitam o cumprimento dos principais objetivos do programa TEIP: a melhoria da qualidade das aprendizagens e o combate ao abandono e insucesso escolar, garantindo o papel da escola como elemento central da vida comunitária. Esta intervenção é mais ampla (e pedagógica) do que a mera pacificação das relações escolares: é um motor da transformação social!

Considerando, pois, os motivos anteriormente enunciados, entendemos que o apoio prioritário a projetos educativos locais em territórios socialmente desfavorecidos deve manter-se de uma forma mais estável, uma vez que têm cumprido uma função indispensável na consolidação e desenvolvimento das escolas abrangidas, com efeitos positivos na redução do abandono e do insucesso escolares, bem como na integração social dos jovens, pacificação das relações (redução da indisciplina) e alargamento da oferta formativa, em contextos sociais marginalizados. A sua não continuidade ou instabilidade constituiria um risco efetivo, em alguns territórios, de retração educativa e degradação das relações sociais. É, por isso, urgente garantir que os projetos TEIP sejam assumidos como necessidades permanentes e não temporárias e capazes de ser resolvidas com projetos (os quais, por si só, se consubstanciam como temporários).

Para os resultados positivos que o TEIP tem proporcionado, muito têm contribuído a orientação e acompanhamento efetuado por técnicos especializados, entre os quais, Técnicos Superiores de Educação Social. Todavia, os avanços observados não são compatíveis com a instabilidade destes profissionais. Não é, também, concebível que estes profissionais dependam, anualmente, de procedimentos concursais complexos, morosos e pouco transparentes, que nem sempre consideram a experiência profissional e os resultados qualitativos conseguidos. Os técnicos especializados dos TEIP vivenciam situações de grande instabilidade contratual. Os concursos para a integração de técnicos especializados em escolas TEIP dependem, de forma quase refém, de vontades políticas, e não apresentam critérios claros dos objetivos a cumprir e das funções e competências dos profissionais a contratar. Esta indefinição na contratação de diferentes perfis profissionais possibilita uma total confusão de funções, levando a que profissionais com formações académicas distintas e matrizes referenciais diferentes realizem as mesmas funções, concorrendo em anos seguintes para todas as ofertas de contratação de escola (independentemente da designação de formação académica que exigem). Prevalece, ainda, uma contratação muito centrada nas organizações escolares, as quais não abdicam da hegemonia nos processos de tomada de decisão. O próprio programa nacional TEIP carece de articulação quer em termos de políticas e organismos de gestão do território, quer dos programas de combate à pobreza, desemprego e exclusão.

A precariedade laboral, a incerteza e a insegurança são fatores que influenciam negativamente a educação, a qual deve contemplar, nos seus princípios, o reconhecimento da especificidade das profissões no âmbito educativo, nomeadamente dos conteúdos



funcionais, perfis de competências e referenciais de formação. Além disso, deve-se atender à experiência acumulada de cada profissional no recrutamento para as escolas, garantindo assim a estabilidade dos profissionais, a valorização do seu percurso profissional e garantindo a continuidade de projetos socioeducativos com o rigor e a qualidade necessárias para o seu sucesso.

A APTSES entende, assim, que é necessário garantir a abertura de procedimentos de recrutamento, através de Concurso Público, de profissionais especializados nas escolas de forma definitiva, criando carreiras específicas para os técnicos especializados. A progressão de carreira dos Técnicos Especializados de acordo com as suas competências e habilitações académicas e profissionais garantiria uma maior estabilidade destes profissionais. Por outro lado, paralelamente, será necessário garantir a transparência dos processos de candidatura, respeitando perfis profissionais, competências e formações, garantido a equidade salarial dos profissionais, salvaguardando as diversas carreiras profissionais.

Ao dispor para qualquer esclarecimento adicional, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

P<sup>la</sup> APTSES

(Sílvia Azevedo – Presidente)